



RICARDO DE CARVALHO APRIGLIANO

Rua Peixoto Gomide, 996, cj. 420, Jd. Paulista, CEP 01409 900

Telefone: 11 5186 2211

e-mail: ricardo@aprigliano.com.br

Data de nascimento: 22/11/1973

POSIÇÃO PROFISSIONAL

Advogado, sócio titular de Aprigliano Advogados.

Atuação como árbitro em processos administrados por CAM-CCBC, CMA-FIESP, AMCHAM, CCI, CAM-FGV, CAMNORTE, CAMARB e CAM-BOVESPA.

Integrante da lista de árbitros do CAM-CCBC, CMA CIESP/FIESP, CAMFIEP, ARBITAC e CARB.

Mencionado em publicações internacionais, tais como Who's Who Legal, Chambers & Partners e Leaders League, nas listas de árbitros em destaque.

<http://whoswholegal.com/profiles/81096/0/de-carvalho-aprigliano/ricardo-de-carvalho-aprigliano/>

https://www.chambersandpartners.com/41/928/editorial/9/1#profileEditorial_25460230

<https://gallery.mailchimp.com/158ee6291825c8a4a7aa1d845/files/d5bd7d2b-241a-4bc8-b29e-1be2cd55a90a/arbitrators.pdf>

FORMAÇÃO

Doutorado em Direito Processual Civil (maio de 2010).

Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP).

Tese: "A Ordem Pública no Direito Processual Civil".

Professor Orientador: Carlos Alberto Carmona.

Mestrado em Direito Processual Civil (abril de 2001)

Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP).

Dissertação: "Os Efeitos da Apelação Civil".

Professor Orientador: Antonio Carlos de Araújo Cintra.

Especialização (ano acadêmico 1998/1999)

Faculdade de Direito da Universidade de Florença, Itália.

Professor Orientador: Andrea Proto Pisani.

Graduação (1991/1995)

Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP).

ATIVIDADES ACADÊMICAS

- Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP.
- Coordenador e professor do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP, em parceria com a AASP.
- Vice Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

IDIOMAS

Português

Nativo

Inglês

Nível Avançado

Italiano

Nível Avançado

Espanhol

Nível Intermediário

LIVROS PUBLICADOS

- Ordem Pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil, São Paulo, Ed. Atlas, 2011.
- A apelação e seus efeitos, 2ª. Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2007.
- Comentários ao Código de Processo Civil, vol. VIII, Tomo I. Disposições gerais sobre as Provas. Editora Saraiva (no prelo).

ARTIGOS E CAPÍTULOS EM OBRAS COLETIVAS

- “Feriados que são notórios e a dispensa da sua comprovação”, publicado em 16/08/2019 no portal Migalhas:
<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI308981,61044-Feriados+que+sao+fatos+notorios+e+a+dispensa+da+sua+comprovacao>
- “Recent Developments on Arbitration in Franchising Contracts: a Brazilian Perspective” – Ricardo de Carvalho Aprigliano, publicado em 8/12/2018 no Kluwer Arbitration Blog (<http://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/>)
- “Ações Rescisórias que versem sobre honorários de sucumbência: considerações sobre admissibilidade e mérito.” In: Estudos de Direito Processual Civil em homenagem ao

Professor José Rogério Cruz e Tucci. Coordenação: José Roberto dos Santos Bedaque, Flávio Luiz Yarshell, Heitor Vitor Mendonça Sica, Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, pp. 677-692.

- “*El orden público como fundamento para la anulación de laudos arbitrales: Reflexiones sobre la reciente experiencia española en comparación con la brasileña*” – Ricardo de Carvalho Aprigliano e Fabio Cavalcante. *Spain Arbitration Review*, v. 2018, p. 57-68, 2018.
- “*The Arbitrability of Oil & Gas Disputes under Brazilian Law*” – Ricardo de Carvalho Aprigliano e Fabio Cavalcante, publicado em 14/12/2017 no Kluwer Arbitration Blog (<http://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/>)
- *O controle da ordem pública no direito brasileiro: análise do caso Abengoa*. in *Revista Brasileira de Arbitragem*, vol. 57, Curitiba, out-dez 2017, Kluwer Arbitration. Co-autores Vera Cecília Monteiro de Barros e Ricardo Ramalho Almeida.
- “Alocação de custas e despesas e a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais em arbitragem”. In: *20 Anos da Lei de Arbitragem – Homenagem a Petrônio R. Muniz*. Coordenação: Carlos Alberto Carmona, Selma Ferreira Lemes e Pedro Batista Martins, Editora Atlas, São Paulo, 2017, pp. 667-688.
- “Comentários ao Código de Processo Civil, Capítulo IX – Das providências preliminares e do saneamento, Arts. 347-353”. Coordenador: Cassio Scarpinella Bueno, Editora Saraiva, Vol. 2, 2017, pp. 128-140.
- “Comentários ao Código de Processo Civil, Art. 1.071”. Coordenador: Cassio Scarpinella Bueno, Editora Saraiva, Vol. 4, 2017, pp. 688-691.
- “Alienação Fiduciária e Mudança de Controle”. In: *Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários*. Ed. Almedina Brasil. Edição de novembro, 2017, pp. 117-144.
- “Negócio jurídico processual: interações entre a arbitragem e o processo estatal.”, in *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência/ coordenadores: Cláudia Elisabete Schwerz Cahali, Cassio Scarpinella Bueno, Bruno Dantas, Rita Dias Nolasco – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, pp. 513-522.*
- “Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil – De acordo com as alterações da Lei 13.256/2016. Coordenadores Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas et all. “Capítulo VIII – Da Oposição. Arts. 682 a 686”. Editora: Revista dos Tribunais, 2016.
- “Presente e futuro do Recurso Especial”, in *Garantismo Processual – Garantias constitucionais aplicadas ao processo*, coord. José Roberto dos Santos Bedaque, Lia Carolina Batista Cintra e Elie Pierre Eid, 1 ed. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016.
- “Jurisdição e Arbitragem no novo Código de Processo Civil”, in *A Reforma da Lei de Arbitragem*, coord. Leonardo de Campos Melo e Renato Resende Beneduzi, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

- Sentença arbitral estrangeira. Indenização fixada em moeda estrangeira somada de correção monetária. Ordem Pública. Jurisprudência estatal comentada, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, vol. 50, Curitiba, abr-jun 2016, Kluwer Arbitration. Co-autoria com Deborah Cristina dos Santos Nery.
- Código de Processo Civil Anotado, Associação dos Advogados de São Paulo – AASP e Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná – OAB-PR. Coordenadores José Rogério Cruz e Tucci, Ricardo de Carvalho Aprigliano et all. “Capítulo I - Disposições Gerais. Arts. 994 a 1.008”. 2. Edição, Editora: LMJ Mundo Jurídico, Rio de Janeiro, 2017.
- O controle judicial sobre a limitação a limitação à produção probatória determinada pelos árbitros. Violação ao devido processo legal ou revisão indevida do mérito?”, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, vol. 45, Curitiba, jan. mar. 2015. Kluwer Arbitration.
- “Pílulas do Novo CPC”, Associação dos Advogados de São Paulo. Apontamentos sobre diversos artigos. Disponível em http://www.aasp.org.br/novo_cpc/pilulas.pdf.
- “O princípio da publicidade e o processo eletrônico”, *Revista do Advogado*, nº 120, São Paulo, Agosto 2013, AASP.
- “Desrespeito à publicidade de sessões no TJ-SP prejudica jurisdicionados. <http://www.conjur.com.br/2015-set-25/desrespeito-periodicidade-sessoes-tj-sp-prejudicial> . Writen with Christiane Meneguini de Siqueira. Disp. In 25.09.2015.
- “Honorários advocatícios e a Fazenda Pública”, in Última Instância Uol, disp. Em <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/artigos/61804/honorarios+advocaticios+e+a+fazenda+publica++.shtml> 04/04/2013;
- “O princípio da publicidade e o processo eletrônico”, *Revista do Advogado*, nº 120, São Paulo, Agosto 2013, AASP.
- “Extensão da Cláusula Compromissória a Partes não Signatárias no Direito Societário”, *Revista do Advogado*, nº 119, São Paulo, Abril 2013, AASP.
- “Cláusula compromissória: aspectos contratuais”, *Revista do Advogado*, nº 116, São Paulo, julho 2012, AASP.
- “Levantamento de depósitos judiciais”, *Jornal Valor Econômico*, Caderno de Legislação e Tributos, São Paulo, 24/08/2012.
- Admissão de prova documental tardia: uma análise sob a perspectiva dos princípios constitucionais do processo”, in *Direito Processual Civil – volume II*, coord. Milton Paulo de Carvalho e Daniel Penteado de Castro. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2011.
- “Poder Judiciário e arbitragem, controle judicial sobre as sentenças arbitrais”, *Tribuna do Direito*, São Paulo, Novembro de 2010.
- “O artigo 515, § 4º, do Código de Processo Civil”, *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, Ano 12, nº 14. São Bernardo do Campo, A Faculdade, 2008.

- “O princípio do duplo grau de jurisdição nos sistemas da common law e civil law: uma breve comparação”, in *Direito Processual Civil*, coord. Milton Paulo de Carvalho. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2007.
- “Efeitos da apelação e reforma processual”, in *A nova etapa da Reforma do Código de Processo Civil*, Editora Saraiva (obra coletiva), 2003.
- “Insider Trading”, in *Revista de Direito Mercantil*, volume 109, 1998.